

## **A História da Educação de Surdos no Brasil**

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) é uma modalidade de comunicação que tem adquirido maior visibilidade na sociedade, na medida em que se expandem os movimentos surdos a favor de seus direitos, conforme a cultura e a língua própria do povo surdo, mediante a opressão de uma sociedade, que ao longo dos anos, impôs uma espécie de “modelo ouvintista” de viver.

A legislação que dispõe sobre esta língua é bastante recente<sup>1</sup>, porém a luta pelos direitos dos surdos é longa. Dessa forma, ao esboçarmos um breve histórico sobre a educação surda, assim como sobre as filosofias educacionais neste campo, podemos compreender aspectos importantes na relação entre surdos e ouvintes, o choque entre culturas e especificidades e metodologias de ensino.

A referida língua visual possui todos elementos classificatórios identificáveis numa língua e demanda prática para seu aprendizado, sendo uma língua viva e autônoma. Da mesma forma que as línguas orais-auditivas não são iguais, variando de lugar para lugar, de comunidade para comunidade, a língua de sinais também varia, existindo em vários países (SILVA, 2007, p. 9-10). A língua não é de um país, mas de um povo que se autodenomina povo surdo, isto é, pessoas que se reconhecem culturalmente – e não pela ótica medicalizada -, e possuem organização política e habilidades, nas quais a habilidade visual é a principal, constituindo o cerne da expressão linguística.

Foi predominante na antiguidade a visão negativa do surdo como aquele que não pode ser educado. Mais além, eram vistos com piedade e compaixão, como castigados pelos deuses ou enfeitiçados; ou, de forma mais desprezada, sendo abandonados ou até sacrificados. Em sociedades onde predominavam o espírito guerreiro e a idolatria pela perfeição física (como Esparta e Roma) havia sacrifícios daqueles que nasciam fora do padrão da “normalidade”, isto é, com algum tipo de deficiência física ou mental. De modo geral, nas sociedades do mundo considerado antigo e/ou clássico, o povo surdo era marginalizado: estereotipados como “anormais”, isolados, presos, considerados párias e vistos como improdutivos ou inúteis.

É somente então no século XVI, período considerado como a modernidade, que surgem os primeiros educadores de surdos. O monge beneditino espanhol Pedro Ponce de Leon (1520-1548) foi um importante educador, além de fundador de uma escola de professores de surdos. Utilizava a datilologia – representação manual das letras do alfabeto, a escrita e a oralização como metodologias de ensino.

O século XVIII é considerado o período mais fértil da educação surda face ao aumento do número de escolas e do ensino de língua de sinais. Os surdos podiam aprender e dominar diversos assuntos, bem como exercer várias profissões. Destacou-se na época, o abade francês Charles Michel de L'Épée (1750), que criou os “Sinais Metódicos”, uma combinação de língua de sinais com gramática sinalizada francesa. Este educador transformou sua casa em escola pública e acreditava que todos surdos deveriam ter acesso à educação.

A partir da década de 1860, o oralismo ganhou força e aumentou a oposição à língua de sinais. Em 1880, durante o Congresso Internacional de Educadores de Surdos em Milão, na Itália, a língua de sinais foi proibida, o que provocou uma reviravolta na educação de surdos. Naquela ocasião os professores surdos haviam sido proibidos de votar. Apesar de tal mudança, os códigos não chegaram a serem eliminados, porém simplesmente foram conduzidos ao mundo marginal, onde sobreviveram devido às contraculturas. Dessa forma, o atendimento aos surdos ficou voltado à filantropia e ao assistencialismo: os indivíduos eram entregues pelas famílias às instituições e aos asilos, em regime de internato.

Este panorama começou se alterar nas décadas de 1970 e 1980, com os estudos sobre Comunicação Total e a visita da pesquisadora Ivete Vasconcelos. As décadas seguintes marcaram a ascensão do Bilinguismo com as pesquisas da professora Lucinda Ferreira Brito (1993), que em 1994 propôs a abreviação “LIBRAS” para a língua de sinais no Brasil. Hoje, contamos com várias classes especiais, salas de recursos e espaços educacionais para os surdos, contudo, isto se mostra insuficiente diante da realidade que vivemos. A maioria dos países convive com estas diferentes visões filosóficas sobre os surdos e sua educação. Observemos brevemente os princípios de cada uma destas filosofias.

A História da Educação dos Surdos no Brasil é iniciada com a decisão de Dom Pedro II de promover a fundação de um instituto para a educação de Surdos. Para isso, ele trouxe ao país um professor surdo francês chamado Edward Huet.

O trabalho proposto pelo francês seguia a Língua de Sinais e por isso o mesmo foi considerado o introdutor da Língua de Sinais francesa do Brasil.

O Instituto para surdos foi fundado por Huet em 1857. Inicialmente chamado de Instituto de Surdos-Mudos , passando a receber o nome de Instituto Nacional de Surdos-mudos. Funcionava como um internato e lá crianças e adolescentes estudavam conteúdos em português, matemática, história, geografia, linguagem articulada, etc.

No Brasil, percebemos a convivência das três principais abordagens pedagógicas, em que divergências sempre existiram – oralismo, comunicação total e bilinguismo.

O alfabeto manual francês foi difundido no Brasil pelos próprios Surdos, alunos do instituto que logo recebeu o nome de INES- Instituto Nacional de Educação de Surdos e, segundo Velos e Maia Filho (2009), pais de todo o Brasil levavam seus filhos Surdos ao Ines.

No Brasil, em 1875, um fato se contrapõe as ideias de Graham Bell, um ex-aluno do INES, Flausino José da Gama, aos 18 anos, publicou “Iconografia dos Sinais dos Surdos-Mudos”, o primeiro dicionário de língua de sinais no Brasil. Apesar desse fato, no cenário mundial, muitos professores defendiam ideias parecidas com as Alexander Graham Bell, defendendo o método denominado oralismo puro como o mais adequado para os Surdos.

Em 1987 foi fundada no Brasil a FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos, também no Rio de Janeiro. Apesar da Fundação, a mesma só conseguiu uma sede seis anos depois.

Em 1994, foi aprovado o direito de todas as crianças, com deficiência ou não, estarem inseridas em escolas regulares de ensino conforme a declaração de Salamanca.

Em 24 de abril de 2002, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei número 10.436. Lei que oficializa a Libras- Língua Brasileira de Sinais como segunda língua do Brasil e declara a mesma como de direito de todo cidadão Surdo como sua língua materna.

Em 2005, aprova-se também o Decreto 5.626 no dia 22 de dezembro. Decreto que sustenta a Lei 10.436 de 24 de abril de 2002 e especifica os demais direitos dos cidadãos surdos como na área da saúde, educação e trabalho. Também defende a Cultura Surda e a importância e obrigatoriedade do Intérprete de Libras e sua devida formação.

Atualmente, obedecendo as legislações a Língua Brasileira de Sinais vem sendo inserida nos cursos de graduação com licenciaturas. Intérpretes de Libras estão sendo contratados para atuarem em diversos espaços da sociedade. Em algumas Universidades Federais do Brasil também já encontramos o curso de Letras/Libras com licenciatura para formar professores de Libras e Bacharelado para formação de intérpretes.

**Referências:**

Editora-arara-azul.com.br/site/edição/61 Língua de Sinais Brasileira e breve Histórico da Educação Surda. <http://editora-arara-azul.com.br/novae/revista/?p=591>